

Economia e Socialismo

Revista Mensal de Economia Política

N.º 36 / MARÇO 1979

As Grandes Opções do
Governo Mota Pinto

Capitalismo mundial e nível
de salários

Angola nas vésperas
da independência

Evolução do comércio entre
Portugal e os novos estados
africanos

Sumários do terceiro ano de publicação

Economia e Socialismo

SUMÁRIO

EDITORIAL

As Grandes Opções do Governo Mota Pinto — Pág 3 E. S.

Capitalismo mundial e nível de salários — Pág. 9 Ladislau Dowbor

Angola nas vésperas da independência — Pág. 25 Alves da Rocha,
Nelson Lourenço e Armando Morais

Sumários do terceiro ano de publicação

Evolução do comércio entre Portugal e os novos países africanos (III) — Pág. 45 Paulo Barcia e António Branco

Notas de Leitura:

— Les Béquilles du Capital (As muletas do capital, transferências Estado-Indústria: Critérios de nacionalização) — Pág 61

ASSINATURAS:

— Continente	{ Semestral	220\$00
	{ Anual	400\$00
		Via Aérea
— Ilhas Adjacentes e Espanha		500\$00 (12 n.ºs)
— Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor, Brasil		US \$16 (12 n.ºs)
— Europa		US \$16 (12 n.ºs)
— Outros Países		US \$18 (12 n.ºs)

Enviar pedidos de assinatura e outra correspondência para o apartado 3186 — 1304 Lisboa Codex.

O pagamento de assinaturas pode ser feito por cheque ou vale do correio.

Preço deste número — 40\$00

Angola nas vésperas da independência (I)

Alves da Rocha
Nelson Lourenço
Armando Morais

Pretende-se com este primeiro artigo iniciar uma análise da economia e sociedade angolanas no período 1969-1973. As razões que nos levaram à escolha do quinquénio referido são de dois tipos. Em primeiro lugar, os anos considerados são os últimos para os quais é possível dispor de dados estatísticos sistematizados e com razoável grau de confiança. O ano de 1973 em alguns casos constituiu excepção, uma vez que os apuramentos que deveriam ter sido feitos e divulgados em 1974-1975 o não foram, devido às alterações entre-tanto ocorridas como resultado do 25 de Abril.

Em segundo lugar, pensamos que os cinco últimos anos do regime colonial são os mais significativos em termos da estrutura económico-social e das relações de produção originadas pelas transformações a que o sistema colonial-capitalista procedeu em consequência da luta de libertação nacional desencadeada em 1961.

I

ASPECTOS GERAIS

Angola é um extenso país africano, cujo território se estende por uma superfície de 1 246 700 km², fazendo fronteira com o Congo, o Zaire, a Zâmbia e a Namíbia (Sudoeste Africano). Dos seus 6487 Km de fronteira, apenas 1650 Km constituem fronteira natural, pois trata-se da costa marítima sobre o Atlântico Sul. Os restantes 4387 Km são fronteiras terrestres e de natureza convencional — como aliás é regra em África — apesar de em algumas extensões dos rios Congo, Cassai, Cuango e Cunene se poder falar de fronteiras igualmente naturais.

O traço mais característico deste grande país de paisagem diversa é a existência de uma extensa região planáltica que ocupa cerca de dois terços do seu território.

As ocorrências geológicas conhecidas fazem supor a existência de vários recursos minerais, alguns dos quais de grande valor estratégico.

A estrutura económica de Angola até 1960 era reflexo de toda uma política colonial tendente a fazer do país um fornecedor de matérias-primas de origem agrícola e mineral e um absorvedor de produtos manufacturados de consumo corrente.

Antecedemos a análise do período 1969-1973 por uma breve descrição das características mais salientes da economia de Angola até 1960 e que são, afinal, produto do processo de implantação/consolidação do pacto colonial iniciado no princípio do século XX.

a) *País afectado nos seus mecanismos naturais de crescimento demográfico e objecto de uma política de povoamento branco dirigido*

À data do 1.º Recenseamento Geral da População (1940) e do ponto de vista dos seus recursos humanos, Angola, caracterizava-se pelos reduzidos efectivos populacionais, 3,7 milhões, consequência de 3 séculos de escravatura, que a privaram de 4 milhões de habitantes forçados a abandonar o território rumo às plantações de açúcar do Brasil, das lutas de oposição à penetração e expansão da ocupação portuguesa, da subsequente e imposta transformação das tradições e padrões de cultura dos povos angolanos com graves repercussões a nível dos mecanismos naturais de crescimento da população.

Sendo, por outro lado, o povoamento branco objectivo e factor de consolidação do poder colonial é útil retermo-nos na sua apreciação. Os seus efectivos cresceram desde 1900, cerca de 10 000 indivíduos por década atingindo, em 1940, um total de 44 mil. O seu reduzido contingente poderá ser explicado pela preferência dos emigrantes portugueses pelo Brasil, pela resistência dos povos angolanos, possuidores duma elevada organização social e político-militar obstando ao avanço do povoamento branco e criando um clima de instabilidade pouco propício à colonização e também pela ausência de um produto (ou produtos) facilmente comercializável em grande escala, permitindo a acumulação rápida de fortunas. O próprio subdesenvolvimento de Portugal conduziu ao fracasso das políticas de «povoamento dirigido» e poderá ser também apresentado como justificativo do

reduzido contingente de colonos estabelecidos em Angola até à data do 1.º Censo.

De 1940 a 1960, a população branca sofreu um acréscimo de 291 %, passando de 44 mil para 173 mil habitantes. Este brusco crescimento populacional deve-se, em primeiro lugar, à conjuntura económica internacional e também a uma alteração substancial da política colonial sobre o povoamento.

Com efeito, a rápida subida das cotações no mercado internacional dos chamados produtos coloniais viriam a provocar um surto de crescimento económico ⁽¹⁾ e a funcionar como um pólo de atracção do povoamento branco. Por outro lado, a partir do início dos anos cinquenta define-se uma política de vultosos investimentos com o objectivo da fixação de colonos ⁽²⁾.

Mas as transformações sofridas pelo contingente da população branca, nestes vinte anos, não são apenas quantitativas. O povoamento colonial até então composto por homens, soldados, funcionários do Estado e empregados do sector privado muda de natureza especialmente a partir dos anos cinquenta. A evolução da taxa de masculinidade (60,6 % em 1940, 58,1 % em 1950 e 55,9 % em 1960) revela uma maior participação de elementos femininos, o que parece permitir afirmar que os novos imigrantes vinham para se fixar com as suas famílias.

Inicia-se, então, o ciclo de ocupação das terras mais férteis e propícias ao cultivo dos produtos exportáveis, com o apoio da autoridade colonial, empurrando os camponeses angolanos para as zonas marginais e menos férteis. Entre 1950 e 1960, a população branca nos chamados «distritos cafeeiros» aumenta espectacularmente: 570 % no «distrito» do Uíge, 230 % no «distrito» do Kuanza Norte e 210 % no «distrito» do Kuanza Sul.

b) *Estrutura económica extrovertida e dependente*

Tendo em conta os valores registados em 1960 nas duas componentes do comércio externo, estamos em presença duma economia em que as exportações e as importações

⁽¹⁾ As exportações de café passaram de 5360 contos em 1941, para 91 601 em 1948, alcançando os 746 574, em 1950. Cf. *Relatório de contas do Banco de Angola, 1950*, p. 30.

⁽²⁾ No primeiro plano de Fomento 1953-1958, foram investidos 940 000 contos, com obras de povoamento e hidráulica agrícola, dos quais 461 000 na preparação de terrenos e transportes dos colonos. Em 1953 foi criada a Brigada de Fomento e Povoamento do Kunene e em 1958, as Juntas de Povoamento Agrário da Cela e do Vale do Bengo. Acção que culminaria com a criação, em 1961, da Junta Provincial de Povoamento de Angola (e de Moçambique).

têm um peso de 62,3 % no Produto Interno Bruto, o que nos dá uma ideia da sua natureza extrovertida. Esta situação era agravada pela fraqueza da industrialização interna, já que as actividades mais importantes, depois das agrícolas e das de extracção (viradas integralmente para a exportação), eram as do comércio e serviços.

A percentagem de 62,3% indicada reparte-se sensivelmente entre as importações e as exportações, o que significa que mais de 30 % do produto gerado internamente se destinava para o exterior.

Do montante de 3 565 492 contos exportado em 1960, o café, os diamantes e o sisal eram responsáveis por 2 136 418 contos, ou seja, 60 % daquele total. Se àqueles produtos juntarmos o milho, o minério de ferro e o algodão em rama, concluiremos que 73 % da exportação de Angola dependia de produtos do sector primário. A situação apresentava-se mais delicada, se pensarmos que daqueles 73 %, o café era responsável por cerca de 49 %.

Em relação à concentração geográfica das exportações, seis países europeus absorviam 64 % do total das vendas ao exterior, enquanto os Estados Unidos comparticipavam com 19 %. A posição de Portugal como cliente de Angola (24,17 %) era modesta quando comparada com a que detinha em 1945 (43,03 %).

Portugal, Estados Unidos e Inglaterra eram responsáveis por 67 % das importações de Angola. A posição de Portugal, embora mais baixa em relação à que detinha em 1945 (65,35 %), era, no entanto, importante, sendo o primeiro fornecedor de Angola com 46,72 % das suas importações.

Desde 1945 até 1960 a Balança Comercial angolana em relação a Portugal foi sempre negativa, o que, conjugado com a manutenção de saldos positivos em relação a outros parceiros comerciais, permite concluir que Angola, durante aquele período, foi um importante fornecedor de divisas à zona do escudo.

Sendo a dominação e dependência financeiras fenómenos mais característicos dos anos 60 — como teremos oportunidade de referir — adiantaremos, no entanto, que as empresas do sector extractivo e em menor proporção as do sector agrícola eram completamente dominadas pelos capitais internacionais.

c) *Economia internamente desarticulada e desequilibrada*

Em países dependentes, como Angola, existem geralmente dois sectores: um, ligado ao Comércio Externo, tec-

nicamente mais moderno e outro, virado para a satisfação das necessidades internas, fracamente equipado, pouco apto a desenvolver-se e em que predominam as relações de produção pré-capitalistas. Esta dicotomia, consequência da política colonial, é factor de desequilíbrio e desarticulação internas, provocando um desenvolvimento desigual e separado entre aqueles dois sectores, que se traduz numa exploração do sector chamado tradicional. Acresce que a sujeição, nos moldes traçados pelo pacto colonial, do sector tradicional ao sector capitalista, provoca um esmagamento cultural que desarticula as sociedades tradicionais. A não integração «agricultura-indústria transformadora» e «indústria extractiva-indústria transformadora» é, por si só, um importante factor de desarticulação. Todos os produtos resultantes das actividades de extracção eram destinados à exportação. Dos produtos agrícolas apenas a cana-de-açúcar, o tabaco e o algodão eram transformados internamente. O desenvolvimento da indústria transformadora estava sujeito às autorizações que o governo central achasse por bem conceder, tendo em conta a protecção da indústria portuguesa e dos interesses que ela representava. Estão nestes casos as indústrias têxteis, a fabricação de bebidas fermentadas e a metalomecânica pesada, enquanto que para a cerveja os seus preços eram mantidos artificialmente altos como forma de protecção dos vinhos portugueses. Não fossem estas circunstâncias e havendo capacidade e iniciativas locais, a posição fornecedora de Portugal em 1960 não se situaria ao nível dos 46,72 %.

d) *Economia sujeita aos mecanismos da troca desigual*

A evolução das razões de troca caracterizou-se por uma melhoria até 1953 (0,316 em 1946 e 0,961 em 1953) para a partir daqui e até 1960 sofrer uma importante redução (0,393 neste ano). Esta deterioração foi, fundamentalmente, devida à baixa da cotação do café e do algodão em rama, a par duma manutenção do preço dos diamantes. A partir de 1960 as relações de troca não cessaram de se deteriorar — a despeito de nesta década a exportação de minério de ferro ter assumido uma posição relevante na estrutura das vendas ao exterior —, tendo assumido o valor 0,109 em 1969 e 0,099 em 1973.

Este mecanismo de troca desigual, para além de revelar a natureza das relações países imperialistas-países subdesenvolvidos, chama também a atenção para as práticas correntes de sub e sobrefacturação que implicam importantes fugas de divisas.

e) *As relações de exploração eram mais evidentes e degradantes na agricultura e na indústria extractiva*

A exploração da força de trabalho assumiu várias formas, qualquer delas com consequências negativas na solidez e na organização da sociedade tradicional.

A lei das terras de 1901, ao considerar que todas as terras do território que não fossem propriedade privada seriam pertença do Estado, acelerou a proletarização dos camponeses angolanos que, expulsos das suas terras ou reduzidos a uma parcela ínfima, cuja produção não assegurava a sua subsistência e a da respectiva família, se viram obrigados a trabalhar para o sistema. Este proletariado arrancado repentinamente ao seu meio é obrigado a vender a sua força de trabalho ou nas grandes plantações agrícolas coloniais ou às empresas monopolistas do sector extractivo. Um outro recurso era a emigração para os países vizinhos e, em menor proporção, o êxodo para as cidades que entretanto se iam transformando, com a chegada dos colonos, em centros dinamizadores da vida económica do território ⁽³⁾.

O célebre imposto indígena — um tipo de imposto pessoal — foi uma medida paralela tomada pelas autoridades portuguesas de modo a garantir um número suficiente de trabalhadores às actividades que os reclamavam, já que ao determinar o pagamento de uma certa quantia anual por cada membro adulto do seu agregado familiar, obrigava o camponês a proletarizar-se pela necessidade de procurar uma ocupação cuja remuneração assumisse a forma pecuniária.

Outra técnica de exploração era a que derivava da obrigação do agricultor angolano produzir, nas terras a que tinha ficado confinado, as culturas escolhidas pela administração colonial e que deveriam ser destinadas à exportação. A par da produção obrigatória existia a comercialização obrigatória, a preços fixados pelo Estado e através de intermediários oficiais — estão neste caso as culturas de algodão, do milho, da palmeira e da mandioca. A cultura do café revestia um aspecto misto, isto é, em parte era feita à base da exploração directa da força de trabalho nas

⁽³⁾ Em 1964, o número de trabalhadores migrantes (os «contratados») registados oficialmente atingia 103 mil, para o interior do território e 35 mil para as minas da Namíbia, África do Sul e Zâmbia. Calcula-se, contudo, que, a partir de 1960, cerca de ~~300 mil~~ ^{300 mil} angolanos abandonaram o país para procurar trabalho nos territórios vizinhos. Cf. Afonso Mendes, *O Trabalho Assalariado em Angola*, Lisboa, Universidade Técnica, 1966 e Mário de Andrade e Marc de Olivier, *A Guerra em Angola*, Lisboa, Seara Nova, 1974.

grandes plantações e também socorrendo-se da produção individual dos camponeses angolanos, enquanto que o sisal era apenas cultivado nas grandes «fazendas».

f) *A actuação do Estado, quer através da promulgação das leis, quer por meio da sua política orçamental e da concretização dos Planos de Fomento, visava criar as condições necessárias à consolidação do funcionamento do sistema descrito*

Com efeito, a lei de terras de 1901, o imposto «indígena», o estatuto dos indígenas — que estabelecia, entre outras disposições, as condições de passagem do autóctone a «assimilado» e a cidadão português — o código do trabalho indígena e outras medidas legais no domínio económico tiveram como objectivo acentuar a delapidação dos recursos naturais do país, vincar a sua dependência externa, desagregar a sociedade tradicional aviltando a sua cultura, relevar o dualismo económico existente e impulsionar a exploração.

Outro tanto se pode dizer do *I Plano de Fomento (1953-1958)* cuja filosofia se ajustava à política traçada. Na realidade, os investimentos aí previstos deveriam beneficiar áreas como a implantação de colonatos, os transportes ferroviários e rodoviários, o equipamento hidroeléctrico e os portos, não sendo destinada qualquer verba aos investimentos sociais. Dentro da mesma óptica foi elaborado o *II Plano de Fomento (1959-1964)*, o qual contempla já uma pequena verba (3,5 % do montante de investimentos) para equipamentos colectivos (saúde e educação) em ligação directa com o desenvolvimento da imigração portuguesa.

No domínio das finanças públicas o preceito constitucional de que as despesas deveriam ser integralmente cobertas pelas receitas orçamentais e estas serem provenientes exclusivamente dos recursos locais era rigorosamente cumprido. De facto, desde os anos 1930 até 1960 que o orçamento de Angola apresentou sempre um certo excedente anual. O pequeno quadro que a seguir se insere revela, de uma forma sucinta, quais as principais origens das receitas e quais os seus mais vulgares destinos, em 1960.

Destaca-se que o imposto directo mais importante é o imposto indígena (32,0 % do total dos impostos directos), seguido da contribuição industrial com 24,3 %. Dos impostos indirectos são os direitos de importação os mais significativos, com 53,3 % do seu valor global.

Incidindo o imposto indígena e os direitos de importação directa e indirectamente sobre os salários dos trabalhadores angolanos e sendo os seus montantes mais significativos dos

impostos directos e indirectos, representam, por isso, retiradas directas importantes aos seus rendimentos, a situação das massas populares apresentava sintomas de uma degradação crescente.

Principais receitas e despesas

[QUADRO N.º 1]		(Percentagens)	
Receitas ordinárias		Despesas ordinárias	
Impostos directos	19,3	Administração geral	17,1
Impostos indirectos	27,5	Planificação	34,4
Participação nos lucros.....	5,4	Dívida Pública	3,4
Outras fontes	47,8	Defesa Nacional	11,3
		Encargos gerais	23,6
		Outras	10,2

Perante o quadro apresentado não é de estranhar que as camadas angolanas mais conscientes procurem reclamar e fazer ouvir a sua voz junto das autoridades coloniais e de organizações internacionais e que as massas trabalhadoras se organizem e desencadeiem rebeliões com a intenção de chamar a atenção do Estado. No entanto, sendo o colonialismo um sistema de dominação política, económica, social e cultural a sua destruição comporta, necessariamente, a violência radical e como tal a luta armada pela libertação foi o caminho escolhido.

Assim, 1960 é para Angola um marco histórico, por variadas razões: em primeiro lugar, é o «ano da África», em segundo, porque marca o início da Revolução Angolana, na continuação da secular tradição de oposição e resistência demonstradas no passado e, finalmente, representa a alteração profunda da estrutura económica até aí existente, através da implantação de um sistema capitalista de exploração diferente, mais eficiente e produtivo. Este desiderato é produto da aplicação da filosofia do *Plano Intercalar de Fomento* e do *III Plano de Fomento* (os Planos de lançamento das bases para a criação duma economia capitalista virada para a satisfação dos interesses império-coloniais, dos investimentos maciços na indústria extractiva, do aprofundamento da colonização branca, da construção de grandes obras públicas, etc.).

Podemos ainda acrescentar que 1960 é o ano que antecede as grandes reestruturações legislativas que visavam, aparentemente apenas, apagar a imagem hedionda do ultra-

-colonialismo até aí praticado. De facto, a partir de Abril de 1961 são abolidos o imposto indígena, o sistema de cultura forçada, o estatuto indígena e o código de trabalho indígena. Mas os anos 60 são também os da criação da legislação económica fundamental para a implantação dum sector capitalista de produção mais dinâmico e eficiente e da tentativa da formação de uma pequeno-burguesia angolana rural e urbana, integrada no sistema sócio-cultural transplantado e capaz de servir de bloqueio à penetração dos ideais de libertação e de suporte à política das autoridades coloniais. É claro que, paralelamente, teria de se consolidar, face à ameaça concreta representada pela guerra, a soberania portuguesa, o que só era possível através, naturalmente, do envio de contingentes militares devidamente equipados e, principalmente, do reforço da imigração branca, através da criação de condições que fossem capazes de provocar um desvio do destino tradicional da emigração portuguesa. O conjunto destas modificações, operadas a nível político-jurídico, serão englobadas e analisadas sob a designação de «colonialismo reformista».

II

A BASE ECONÓMICA: 1969-1973

1. A POPULAÇÃO

Segundo o *IV Recenseamento Geral da População*, Angola contava, em 1970, 5 673 000 indivíduos, correspondendo a uma densidade global de 4,55 habitantes por km², o que, a nível do território, representava sensível aumento em relação a 1960, ano em que a população era de 4 830 000 habitantes e a densidade de 3,9 hab./km².

As assimetrias de distribuição espacial eram bastante acentuadas como, aliás, se pode verificar pelo quadro n.º 2. Em 1970, 91 % da população distribuía-se por apenas 47 % do território.

A população branca concentrava-se predominantemente (mais de 60 %) nos «distritos» de Luanda, Benguela e Huambo, onde se localizavam os maiores centros urbano-industriais; nos «distritos» de Kabinda, Uíge, Kuanza Norte, Kuanza Sul, Malanje, Bié e Huíla residia cerca de um terço dos efectivos de etnia branca atraída pelas condições climáticas favoráveis das regiões planálticas e pelas terras

ricas de café do Uíge, parte do Kuanza; pelos «distritos» do Zaire, Lunda, Moxico, Kuando Kubango e Moçâmedes, onde as condições naturais eram menos favoráveis distribuía-se a restante população de origem europeia.

População de Angola nos Censos de 1960 e 1970

[QUADRO N.º 2] (em milhares)

	1960		1970		Crescimento decenal
	População	Hab./km ²	População	Hab./km ²	
Total	4380	3,9	5673	4,55	117,4
Kabinda	59	8,1	81	11,1	137,3
Zaire	104	2,6	42	1,1	40,4
Kuanza Norte	263	9,7	298	12,3	113,3
Uíge	399	7,2	386	6,2	96,7
Luanda	347	10,3	561	16,6	161,7
Malanje	452	4,5	559	5,7	123,7
Lunda	247	1,5	303	1,8	122,7
Kuanza Sul	405	6,8	459	8,2	113,3
Benguela	488	12,9	475	14,9	97,3
Huambo	597	19,5	837	25,7	140,4
Bié	453	6,3	650	9,7	143,5
Moxico	266	1,3	213	1,0	80,1
Kuando Kubango	113	0,6	112	0,6	99,1
Huíla	594	3,6	644	3,8	108,6
Moçâmedes	43	0,8	53	1,0	123,3

Fonte: Projecto do IV Plano de Fomento, Luanda, SPIE, 1974, p. V.

A nível de distribuição espacial há ainda a referir as deslocações de grandes massas de população devido à eclosão da guerra de libertação. Assunto pouco estudado e sobre o qual, praticamente, não encontramos referências. Cremos, contudo, poder identificar três situações distintas: populações que abandonaram o país, refugiando-se nas zonas limítrofes; populações que migraram das zonas de combate instalando-se em áreas onde se não faziam sentir tão violentamente os efeitos da guerra; populações que se furtavam ao contacto com a autoridade colonial portuguesa. Como casos extremos, citemos os dos «distritos» do Zaire e Moxico, que entre 1960 e 1970, perderam, respectivamente, cerca de 60 e 20 por cento dos seus efectivos populacionais.

Os elementos apresentados no Quadro N.º 3 mostram a distribuição étnica do volume total da população bem como as respectivas taxas médias de crescimento.

[QUADRO N.º 3]

(em milhares)

	1940	1950	1941-60	1960	1961-60	1970	1961-70	1978 (c)
População Total	3738	4146		4830		5673		5900
T. M. C. (b)			1,1		1,6		1,7	
Negros	3666	4037		4604		5300		5450
T. M. C. (b)			1,0		1,4		1,5	
Branços	44	79		173		293		357
T. M. C. (b)	7		7,9		11,9		6,9	
Mestiços	28	30		53		80		93
T. M. C. (b)			0,6		1,8		5,1	

Fonte: III e IV Planos de Fomento para Angola.

(a) Estimativa baseada na manutenção das taxas de crescimento unificadas em 1961-70.

(b) T. M. C. — Taxa Média de Crescimento.

A participação de 6 % da população branca na população total, em 1973, revela claramente o falhanço da política colonial de «europeização» de Angola, a despeito de todos os recursos para o efeito mobilizados.

Em 1960, 8,2 % da população angolana, 396 383, era considerada população urbana, número que, em 1970, subia para 14,9 %, 847 182, o que representa sensível agravamento do êxodo rural. Contudo, apenas Luanda, com os seus 475 mil habitantes, poderia ser considerada um grande centro urbano, com efeito, nenhuma das restantes cidades atingia, à data, os cem mil habitantes (Nova Lisboa, o segundo centro urbano em população, registava apenas 61 mil habitantes e o aglomerado Lobito/Benguela rondava os 100 mil habitantes).

À data do último censo, Angola possuía uma população muito jovem, em que o grupo dos pré-activos (0-14 anos) representava cerca de 50 % da população total, enquanto o grupo dos inactivos (60 e mais anos) tinha um peso de apenas 4 %. Resulta daqui que a população activa rondava os 45 %, isto é, cerca de 2,5 milhões de indivíduos (conforme Projecto do IV Plano de Fomento, 1974-1979, op. cit.).

2. A PRODUÇÃO

No domínio da produção, as modificações significativas são operadas a partir do momento em que Portugal reconhece a necessidade de abrir os territórios coloniais aos capitais não portugueses, fenómeno iniciado nos fins dos anos 50⁽⁴⁾ (ferro e petróleo) e completamente consolidado

(4) A criação do campo socialista e o desmoronamento dos impérios coloniais a partir do final da 2.ª Guerra Mundial fizeram com-

depois de 1961 com a penetração dos capitais internacionais na agricultura, na indústria extractiva e transformadora, no comércio e na banca. Esta total abertura ao capitalismo internacional era encetada com o objectivo de contrariar a evidente recessão no ritmo do investimento privado, ocasionada pelos acontecimentos de 1961 e como forma de aumentar a base económica do território ⁽⁵⁾.

O sistema produtivo colonial em Angola não sofreu, com o início da luta de libertação, senão prejuízos limitados, localizados e transitórios. Na realidade, apenas as actividades situadas nas regiões onde a luta foi desencadeada sofreram prejuízos, sobretudo as agrícolas (café, algodão e madeiras) e os transportes. No decorrer dos anos seguintes retoma-se quase o ritmo normal de produção e de exportação, o que prova a eficácia da protecção militar com que rapidamente as actividades económicas existentes foram beneficiadas. A necessidade de se incrementar o crescimento económico em moldes distintos resultou, já não só do aprofundamento da guerra e da sua diversificação, como das modificações entretanto ocorridas em África durante os anos de 1960 e 1961 — ascensão da quase totalidade dos países do continente à independência — e que alteraram a correlação de forças a nível das organizações internacionais.

2.1 Agricultura

Existem em Angola dois tipos principais de agricultura: a chamada «tradicional» ou de subsistência e a empresarial ou capitalista. A primeira envolve 80 % a 85 % da população total do país, abarcando um conjunto variável de culturas (para subsistência e para as quais o índice de autoconsumo é importante e as chamadas de troca ou de mercado) e sendo a base de toda a organização económica, social e política da sociedade angolana, constitui o que resta dos povos africanos vivendo na formação socioeconómica da fase de desagregação

prender ao regime fascista português que a sua defesa passava pela repartição das riquezas coloniais entre as principais potências imperialistas.

⁽⁵⁾ Não era, no entanto, suficiente abrir as «portas» aos capitais internacionais. Tornava-se necessário criar condições de rápida reprodutividade e lucratividade. A proletarianização das massas camponesas, como resultado da política de terras, os baixos salários praticados (para além de reduzidos, só 40 % eram pagos em dinheiro — forma hábil de se forçar a criação de mercado) e a possibilidade de concentração do capital, foram algumas das formas encontradas para a captação do capital estrangeiro.

do regime clânico e passagem ao regime escravagista. A introdução, pelo colonialismo, do regime capitalista que, ao sobrepor-se à organização existente, lhe provocou profundas e irreversíveis distorções, das quais a proletarianização dos camponeses, a transformação da propriedade comunal em propriedade individual familiar (sistema da família extensa) e o aumento gradual da produção para troca, são os sintomas mais importantes e evidentes, dificulta a teorização das classes em Angola. O camponês angolano que não emigrou para as cidades, permaneceu sempre ligado à sua organização de origem, através de laços económicos e culturais, apesar de a maior parte do seu tempo ser dedicado à produção de mais-valia no sector capitalista da agricultura, ao qual era obrigado a vender a sua força de trabalho. Esta situação conduz o camponês angolano à assumpção de uma dupla condição de classe: a que detinha no regime onde provinha e a que lhe estava reservada no sistema capitalista. Nem sempre as duas eram coincidentes.

A agricultura ~~capitalista~~ ^{tradicional} estava fundamentalmente virada ~~mente~~, pelo regime da reprodução simples, daí o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas, cujos reflexos mais marcantes eram dados pelos baixos índices de produtividade.

A agricultura capitalista estava fundamentalmente virada para as culturas de rendimento, cuja produção era em grande parte exportada, com um nível de desenvolvimento das forças produtivas superior ao do sector tradicional, mas nem por isso relevante. Os altos rendimentos aqui conseguidos têm na base a utilização de uma força de trabalho (cerca de 250 000 assalariados) extremamente barata (60\$00 por dia para os «distritos» de Luanda e Huambo e 42\$50 para os restantes, em 1972) e, naturalmente, o emprego de adubos, de irrigação e de energia mecânica.

O impacto da guerra de libertação não foi o mesmo sobre os dois tipos de agricultura. A agricultura capitalista cedo se recompôs do abalo sofrido, embora as novas condições de exercício da sua actividade fossem mantidas pela presença e repressão militares. A agricultura tradicional, essa não foi poupada, primeiro à onda de violência que se seguiu ao desencadear da guerra, depois à política de destruição deliberada a que foram sujeitas as zonas onde a guerra se tinha implantado: «a economia tradicional dos camponeses angolanos foi gravemente atingida pelas operações militares de repressão que se seguiram às primeiras manifestações populares, principalmente no Noroeste de Angola, mas também em diferentes graus, em toda a extensão do país.»

«O importante número de vítimas massacradas nas aldeias e sobretudo nos campos pelos bombardeamentos e pelas primeiras expedições; as destruições de colheitas e de marnadas; a fuga de aldeias inteiras perante as acções do exército português, desorganizaram, evidentemente, as actividades económicas e conduziu a um agravamento sensível das condições de vida do povo angolano.»⁽⁶⁾

O sector agrícola angolano mostrava-se pouco dinâmico, tendo o seu PIB registado um acréscimo de apenas 7,9 % entre 1966 e 1970, e a sua participação no PIB total decrescido de 22,8 % em 1966 para 16,3 % em 1970.

2.1.1 Sector tradicional

Na sua forma mais extensa podemos considerar este sector constituído por cerca de 4 830 000 pessoas, entre activos e inactivos.

Culturas produzidas

[QUADRO N.º 4]

(Percentagens)

	1969-1970		1970-1971		1971-1972	
	De troca (a)	De subsistência (b)	De troca	De subsistência	De troca	De subsistência
Trigo	10	—	86	14	84	16
Arroz	88	12	81	19	81	19
Massango	2	98	5	95	6	94
Massambala	5	95	8	92	7	93
Milho	41	59	38	62	37	63
Feijão	62	48	56	44	54	46
Batata	78	22	60	40	59	41
Mandioca	20	80	26	74	22	78
Algodão	100	—	100	—	100	—
Jinguba	58	42	50	50	49	51
Café	100	—	100	—	98	2
Palmeira de dendém	43	57	21	79	21	79

Fonte: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola.

(a) Algumas destas culturas foram de produção obrigatória (café, algodão, milho, trigo), cláusula esta abolida em Maio de 1961.

(b) Dentro destas apenas o massango e a massambala sobreviveram à imposição colonial. Mesmo o milho, a mandioca e o feijão, largamente de subsistência, foram introduzidas pelos portugueses.

(6) Mário de Andrade e Marc Olivier, *op. cit.*

Caracteriza-se, fundamentalmente, pelo emprego de técnicas de adaptação ao meio, visando a maximização da sua segurança (subsistência), embora procurando um certo enquadramento no circuito de troca. A dependência directa em que se encontra este sector do meio é consequência da natureza dos factores de produção que usa e que se resumem, praticamente, à terra e ao trabalho.

A composição da sua produção não tem sofrido alterações significativas e apresenta-se como se assinala no Quadro n.º 4 (os únicos dados disponíveis para a agricultura angolana).

Estas culturas espalham-se por trinta e uma zonas geo-económicas definidas e delimitadas pela Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola (MIAA) segundo determinado tipo de características. O café cultivava-se nas regiões do Uíge, Kuanza Norte e Kuanza Sul, o algodão em Malange, Luanda e Kuanza Sul, o milho no Huambo, Bié e Huíla, a mandioca em Malange, Uíge, Zaire, Kuanza Norte e Kuanza Sul, o arroz em Malange, Bié e Lunda, o trigo no Huambo, Bié e Huíla e o massango e a massambala nas regiões do Sul do País.

As características do sector encontram-se resumidas no Quadro N.º 5. A sua análise permite as conclusões seguintes:

- fraca produtividade da terra, ocasionada pela forma tradicional de exploração, com longos poisios, ficando os solos nus abandonados à mercê ou da erosão ou da regeneração natural da mata; a esta fraca produtividade da terra, deve juntar-se a fraca produtividade do trabalho, derivada do regime familiar de ocupação e exploração da terra (família extensa);
- a superfície média de 4 ha por exploração não deixa dúvidas quanto às consequências da lei de terras aplicada na colónia. Se a este facto juntarmos a fraqueza natural dos solos ocupados pelos camponeses angolanos, não é de estranhar a desagregação da sociedade tradicional angolana e a sua tendência para gravitar na órbita do sector capitalista;
- o autoconsumo atinge, em média, 66 % da quantidade produzida, derivado, fundamentalmente, do peso do milho e da mandioca, alimentos tradicionais dos povos do Norte, Centro e Sul de Angola, respectivamente.

Tendo em conta que o principal tipo de energia consumida nestas explorações era na sua maior parte de origem humana, só em alguns casos de natureza animal (Sul do

Características da agricultura tradicional

[QUADRO N.º 5]

Anos	Produção		N.º total de explorações	Área cultivada (ha)	Produtividade (ton./ha)	Preço médio (ton.)	Autoconsumo (ton.)	Superfície média (ha)
	Quantidade (ton.)	Contos						
1969-70	2 061 165	2 057 952	1 067 230	4 369 279,4	0,47	1 000\$00	1 369 069	4,09
1970-71	2 154 862	2 536 357	1 067 230	4 369 279,4	0,49	1 177\$00	1 403 637	4,09
1971-72	1 948 269	2 550 583	1 198 734	—	—	1 309\$00	1 287 623	—

Fonte: Missão de Inquéritos Agrícolas de Angola — Recenseamentos Agrícolas.

país) e mecânica (aluguer de transportes para escoamento da produção com destino ao mercado ou dos excedentes das culturas de subsistência), a conclusão genérica que se pode retirar desta breve análise, já anteriormente referida, é o fraco nível de desenvolvimento das forças produtivas, a despeito do Estado ter encarado, no âmbito da sua política colonial reformista e com o objectivo da criação duma pequena burguesia rural, várias soluções tendentes a modificar o estado das coisas, das quais a mais importante foi a Extensão Rural.

A Extensão Rural foi lançada, como programa piloto, nas zonas do Andulo e Nharea, dentro do programa global do *III Plano de Fomento* e, particularmente, desenvolveu-se no contexto do *I Plano Regional do Huambo*. Foi das medidas económico-sociais mais objectivas tomadas pelas autoridades coloniais, com o intuito de barrar a ameaça concreta de infiltração do MPLA até ao Atlântico, cortando a zona centro do país.

As contradições entre a estratégia do Governo Central e os grupos locais do poder colonial (agricultores, comerciantes e autoridades administrativas) cedo se fizeram sentir. A Extensão Rural, embora funcionando como elemento de «fomento das populações», ao apaziguar algumas das formas mais gritantes da exploração de que os camponeses angolanos eram vítimas, chocava, por isso mesmo, com os interesses das chamadas «forças vivas»: a introdução de formas pré-cooperativistas de organização dos camponeses, a criação de condições para uma melhor gestão das explorações individuais e de mais justos e racionais circuitos de comercialização, libertava-os da tenaz exploradora que o chamado «comerciante de mato» criara ao controlar o comércio dos produtos agrícolas — que comprava a preços aviltados e cujas quantidades eram sistematicamente subavaliadas — e a vender a crédito escandalosamente usurário os mais variados bens de consumo; a libertação progressiva do círculo vicioso de endividamento gerado nas relações camponês/comerciante e melhoria das condições de vida começava, por outro lado, a possibilitar a recusa do camponês do Planalto Central em vender a sua força de trabalho nas grandes explorações agrícolas⁽⁷⁾. Não é de estranhar, portanto, que as acções de desenvolvimento dos cam-

(7) Situação de certo modo semelhante se começava a sentir nas acções de fomento das cooperativas de café no Uige e dos blocos mecanizados de algodão em Malanje.

poneses angolanos, traçadas no âmbito de uma política reformista e de «modernização» do colonialismo, levantam-se contra si as vozes dos interesses locais do poder colonial. Mas a contradição era apenas aparente: no fundo, tratava-se, de prolongar a situação colonial sob outra roupagem; os interesses coloniais seriam protegidos sob outras formas de exploração.

Das culturas indicadas mais atrás retenhamos o preço médio de venda por tonelada daquelas que são produzidas com o objectivo de serem trocadas no mercado capitalista, considerando com esta característica aquelas cujo autoconsumo não exceda os 50 %. Estes preços serão depois confrontados com os que são praticados pelo sector empresarial.

Preço médio por tonelada

[QUADRO N.º 6]

Culturas	1969-1970	1970-1971	1971-1972
Trigo	2 450\$00	2 700\$00	2 700\$00
Arroz	2 270\$00	2 040\$00	2 040\$00
Feijão	2 560\$00	3 990\$00	3 850\$00
Batata	1 170\$00	1 220\$00	1 220\$00
Algodão	—	4 860\$00	5 800\$00
Café	7 730\$00	7 500\$00	8 220\$00

2.1.2 Sector Empresarial

Caracteriza-se este sector pelo facto de orientar a sua actividade para a maximização do lucro, visando os investimentos feitos a obtenção de produtos transaccionáveis no mercado, o que leva a uma rigorosa selecção das culturas a introduzir. É por isso que não se vê o sector agrícola capitalista dedicar-se à produção de certas culturas (as de maïs baixos rendimentos), preferindo adquiri-las ao camponês angolano, através dos circuitos de distribuição existentes.

A MIAA só cobriu integralmente este sector no seu inquérito de 1971-72, que nos fornece os elementos seguintes:

- 8 038 explorações ocupavam uma área de 4 489 746,4 ha;
- da área total ocupada, 88,7 % encontrava-se sem utilização, pertencendo ao grupo designado por «outras terras», pelo que o aproveitamento da área vinculada

a este sector era de apenas 11,3 %, com a distribuição seguinte:

terra arável... ..	121 969,7 ha
culturas permanentes	355 992,2 »
prados e pastagens cultivadas ...	4 486,2 »
plantações e florestas	23 925,2 »

Esta fraca utilização da terra era bem patente em algumas zonas onde a percentagem não ia além de 1,7 %.

Relacionando a superfície sob a designação de «outras terras» com o número de explorações, deparamos com uma área média sem utilização de 495,45 ha por exploração contra uma superfície média de 558,56 ha vinculada a cada uma;

- no que respeita à energia utilizada, para além do recurso, em certos casos importantes à energia animal, é a mecânica a mais importante;
- o sector agrícola capitalista empregava cerca de 250 mil assalariados, distribuídos em maior proporção pelas grandes plantações de algodão, café e cana-de-açúcar;
- a percentagem média de autoconsumo não vai além dos 2 %; apenas uma cultura atinge uma proporção de autoconsumo de algum significado — o feijão com 21 %.

É neste sector que vamos deparar com autênticos potenciais, como é o caso da Companhia Angolana de Agricultura (CADA), possuidora de 80 000 hectares distribuídos por dezoito roças, das quais a mais importante se situava na Gabela (a maior fazenda de café do mundo) com uma área de 20 500 ha.

O sector agrícola capitalista foi o que registou, desde 1965, a maior taxa de crescimento da produção, devido a vários factores dos quais destacamos a aplicação, cada vez com maior frequência, das modernas técnicas agrícolas de exploração e de organização, das quais resultou a constituição de verdadeiras «fazendas» modelo e a beneficiação dos protecctionismos legais e das infra-estruturas criadas no quadro dos planos de fomento.

Este sector era dominado pelo capitalismo português, quer isoladamente, através da posse de extensas áreas, quer em associação com a burguesia colonial residente em Angola.

As culturas praticadas abarcavam 16 produtos, dos quais os mais importantes eram o café, algodão, açúcar, sisal e as bananas. O preço médio por tonelada produzida foi de 2494\$00, na campanha 1971-1972.

Os preços médios das principais produções e das que se podem comparar à produção do sector tradicional foram durante aquela mesma campanha:

Trigo	2 720\$00
Arroz	2 730\$00
Feijão	4 410\$00
Batata	1 620\$00
Açúcar	420\$00
Algodão	6 100\$00
Café	12 900\$00

Sem dúvida que o sector em análise beneficiava de condições que favoreciam o seu desenvolvimento, perspectivas estas apenas ensombradas pela generalização da luta armada.

Uma pequena comparação entre os dois sectores faz ressaltar diferenças tão claras, perante as quais resultam evidentes a natureza da subordinação e a relação de exploração que entre eles se estabeleciam. Aliás, ao sector tradicional da agricultura angolana foi reservado um papel secundário pela política colonial, mas nem por isso menos fundamental ou menos importante. Só o facto de os preços de colocação dos mesmos produtos serem tão diferentes revela que o sector tradicional era uma importante fonte de criação da mais-valia, transferida para os colonos, através dos complexos circuitos de comercialização impostos ao camponês angolano e que este nem sequer os compreendia. Esta conclusão é confirmada pelas contradições que começaram a surgir entre os comerciantes portugueses e os extensionistas da zona de Andulo e Nharea, nomeadamente quanto aos novos esquemas de comercialização que a Extensão Rural propunha e pretendia aplicar.

A despeito de os números não darem mostras de variações significativas na ocupação de terras por parte dos colonos, isso não significa, contudo, que o complexo problema das terras estivesse paralizado, pois novas entregas aos colonos estavam previstas, nomeadamente no âmbito do ambicioso Plano do Kunene. As populações angolanas viram, deste modo, cada vez mais periclitante a possibilidade de sobrevivência no quadro da sua organização económica e de duas uma, ou se proletarizavam, ou emigravam para outros territórios. (Conclusão no próximo número)